

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
Despacho	NP: 1m1htcik SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 26/11/2025 Requerimento nº 740/2025 Protocolo nº 12466/2025	
Autor: Dep. Valdir Barranco		

Com fulcro no artigo 177 do Regimento Interno desta Casa de Lei, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o Soberano Plenário, que seja encaminhado Requerimento ao **Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Cuiabá, Abilio Brunini**, solicitando novos esclarecimentos referentes à proposta de terceirização/Parceria Público-Privada para a gestão administrativa das escolas da rede municipal de ensino.

Considerando que este Parlamento já encaminhou o Requerimento nº 480/2025, no qual foram formulados questionamentos essenciais ao processo de terceirização da gestão administrativa das unidades escolares, e tendo em vista a resposta enviada por meio do Ofício nº 3.070/2025/AJ/GS/SME, cujo conteúdo deixou lacunas relevantes e não esclareceu pontos fundamentais levantados anteriormente, requeremos que sejam prestadas, no prazo legal, as seguintes informações complementares:



1) A resposta afirma que a Parceria Público-Privada não interferirá na gestão pedagógica das unidades escolares. Contudo, solicita-se que seja explicitado qual será a regra hierárquica aplicada na prática, considerando a dinâmica cotidiana da escola, especialmente na interface entre equipe pedagógica, direção escolar e empresa contratada.

2) O documento encaminhado menciona que os investimentos em infraestrutura serão realizados pelo parceiro privado, com contrapartida da Administração Pública diluída ao longo do tempo. Assim, solicita-se informar:

- a) Qual a previsão de investimento total do parceiro privado;
- b) Quais obras estão previstas e qual o plano de execução;
- c) Qual a previsão de recursos da Administração Pública para a efetivação da PPP;
- d) Qual o calendário estimado de repasses mensais proporcionais ao número de alunos atendidos.

3) A resposta menciona que modelos similares foram adotados nos Estados do Paraná, São Paulo e Santa Catarina. Requer-se especificar quais projetos ou experiências concretas foram utilizados como referência pela Secretaria Municipal de Educação ao formular a proposta para Cuiabá.

4) Foi afirmado que a medida pretende gerar eficiência na gestão estrutural e economia de recursos, que seriam redirecionados para ações pedagógicas, como reforço escolar. Assim, solicita-se informar:

	<p>Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa</p>	
---	--	---

- a) Os valores investidos em manutenção estrutural da rede municipal de educação nos anos de 2025, 2024 e 2023;
- b) A economia prevista com a adoção da PPP;
- c) O cálculo utilizado para definição dessa economia estimada.

5) Diante da ausência de respostas objetivas a parte dos questionamentos formulados no Requerimento nº 480/2025, solicita-se que todos os itens anteriormente requeridos — e que não foram devidamente esclarecidos — sejam finalmente elucidados, com o envio de documentação, pareceres, estudos e análises técnicas que fundamentem a proposta de terceirização/PPP apresentada pela Gestão Municipal.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento busca complementar as informações solicitadas anteriormente por meio do Requerimento nº 480/2025, cujo objetivo foi esclarecer aspectos essenciais da proposta de terceirização/Parceria Público-Privada destinada à gestão administrativa das escolas da rede municipal de Cuiabá.

Apesar da resposta encaminhada pelo Executivo Municipal por meio do Ofício nº 3.070/2025/AJ/GS/SME, vários pontos apresentados inicialmente não foram esclarecidos de maneira satisfatória, permanecendo dúvidas relevantes sobre os impactos administrativos, financeiros e estruturais decorrentes da medida proposta.


A terceirização da gestão administrativa das escolas é uma alteração profunda na política educacional da capital, com repercussões diretas na rotina das unidades escolares, na atuação dos profissionais da educação, na organização pedagógica e na destinação de recursos públicos. Por isso, exige transparência total, embasamento técnico consistente e demonstração inequívoca de viabilidade.

A ausência de respostas completas quanto à hierarquia de gestão, ao modelo prático de funcionamento da PPP dentro das escolas, à previsão real de investimentos, às obras planejadas, ao cronograma de repasses, aos modelos adotados como referência em outros Estados, bem como à economia prevista com a medida, impede este Parlamento de exercer adequadamente sua função fiscalizatória — prerrogativa constitucional e fundamental para a proteção do interesse público e do bom uso dos recursos da educação.

Além disso, a resposta encaminhada não contemplou itens centrais que tratam da participação da comunidade escolar, do impacto sobre os profissionais efetivos, da realocação de diretores e da existência (ou não) de estudos técnicos prévios, parecendo tratar de modo superficial aspectos que demandam aprofundamento e clareza.

Diante da complexidade do tema e de sua relevância para milhares de estudantes, professores, servidores e famílias cuiabanas, justifica-se plenamente a necessidade de solicitar novos esclarecimentos detalhados, garantindo que o processo seja analisado à luz da legalidade, da transparência e da responsabilidade social.

Assim, o presente requerimento se faz necessário para assegurar que esta Casa de Leis disponha de todas as informações técnicas, financeiras e administrativas indispensáveis para acompanhar, avaliar e fiscalizar uma medida de grande impacto para a Educação Municipal de Cuiabá.

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
---	--	---

Edifício Dante Martins de Oliveira
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 25 de Novembro de 2025

Valdir Barranco
Deputado Estadual